

**Gestão 2018-2020**

Procurador-Geral de Justiça  
**Paulo Cezar dos Passos**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico  
**Humberto de Matos Brittes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo  
**Helton Fonseca Bernardes**  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional  
**Olavo Monteiro Mascarenhas**  
Corregedor-Geral do Ministério Público  
**Marcos Antonio Martins Sottoriva**  
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público  
**Antonio Siufi Neto**

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA**

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

**EXPEDIENTE EXTERNO:**

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

**DISQUE DENÚNCIA**

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: [caocrim@mpms.mp.br](mailto:caocrim@mpms.mp.br)

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão e dos

Direitos Humanos

(67) 3318-2160 e-mail: [caopjcdcdh@mpms.mp.br](mailto:caopjcdcdh@mpms.mp.br)



**PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA****PORTARIA Nº 1166/2019-PGJ, DE 5.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL em exercício, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

**R E S O L V E :**

Convocar os membros abaixo relacionados para participarem do *workshop* “Acordo de não persecução penal – A busca da eficiência na justiça criminal”, a realizar-se nos dias 11.4.2019, das 19h às 22h, e 12.4.2019, das 9h às 11h30min e das 14h às 17h, no Auditório Dr. Nereu Aristides Marques, na sede do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, Rua Pres. Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, em Campo Grande – MS.

- Alexandre Magno Benites de Lacerda
- Alexandre Rosa Luz
- Allan Thiago Barbosa Arakaki
- Amilcar Araujo Carneiro Junior
- Ana Carolina Lopes de Mendonça Castro
- Ana Cristina Carneiro Dias
- Andréa de Souza Resende
- Andréia Cristina Peres da Silva
- Antenor Ferreira de Rezende Neto
- Antonio Siufi Neto
- Ariadne de Fátima Cantú da Silva
- Biana Karina Barros da Costa
- Bolivar Luis da Costa Vieira
- Camila Augusta Calarge Doreto
- Candy Hiroki Cruz Marques Moreira
- Clarissa Carlotto Torres
- Clovis Amauri Smaniotto
- Cristiane Amaral Cavalcante
- Cristiane Mourão Leal Santos
- Daniel do Nascimento Britto
- Daniel Higa de Oliveira
- Daniela Cristina Guiotti
- Daniella Costa da Silva
- Eduardo de Araujo Portes Guedes
- Eduardo FonticIELha De Rose
- Elcio Felix D’Angelo
- Fabio Adalberto Cardoso de Moraes
- Fabio Ianni Goldfinger
- Fabrícia Barbosa Lima
- Fabricio Secafen Mingati
- Felipe Almeida Marques
- Fernanda Proença de Azambuja
- Fernanda Rottili Dias
- George Cassio Tiosso Abbud
- George Zarour Cezar
- Gisleine Dal Bó
- Gustavo Henrique Bertocco de Souza
- Helen Neves Dutra da Silva
- Humberto Lapa Ferri
- Isonildo Gonçalves de Assunção Junior
- Jerusa Araujo Junqueira Quirino
- Jiskia Sandri Trentin
- João Meneghini Girelli
- Jorge Ferreira Neto Júnior
- Jui Bueno Nogueira
- Juliana Martins Zaupa



- Juliana Pellegrino Vieira
- Juliane Cristina Gomes
- Karina Ribeiro dos Santos Vedoatto
- Lia Paim Lima
- Lindomar Tiago Rodrigues
- Lívia Carla Guadanhim Bariani
- Luciana Moreira Schenk
- Luciano Anechini Lara Leite
- Ludmila de Paula Castro Silva
- Luiz Eduardo de Souza Sant'Anna Pinheiro
- Luz Marina Borges Maciel Pinheiro
- Marcos Martins de Brito
- Marcos Roberto Dietz
- Mariana Sleiman Gomes
- Mateus Sleiman Castriani Quirino
- Matheus Carim Bucker
- Maurício Mecelis Cabral
- Michel Maesano Mancuelho
- Moisés Casarotto
- Nara Mendes dos Santos Fernandes
- Paulo César Zeni
- Paulo Henrique Mendonca de Freitas
- Pedro Arthur de Figueiredo
- Radamés de Almeida Domingos
- Regina Dornte Broch
- Renata Ruth Fernandes Goya Marinho
- Ricardo Benito Crepaldi
- Rodrigo Yshida Brandão
- Rosalina Cruz Cavagnolli
- Sergio Fernando Raimundo Harfouche
- Talita Zoccolaro Papa Muritiba
- Tathiana Correa Pereira da Silva Façanha
- Victor Leonardo de Miranda Taveira
- Wilson Canci Junior

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral de Justiça em exercício

## PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA

### PORTARIA Nº 1114/2019-PGJ, DE 2.4.2019

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

#### R E S O L V E :

Conceder ao servidor Marcos Andraos Mokayad Ferro, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, o pagamento de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do adicional de qualificação, a contar de 12.2.2019, nos termos dos artigos 35 e 36, inciso III e § 4º, ambos da Lei nº 4.134, de 6.12.2011, bem como dos artigos 4º, 5º, inciso III e § 2º, e 7º, todos da Resolução nº 008/2012-PGJ, de 4.4.2012; e revogar, a partir da referida data, a Portaria nº 821/2012-PGJ, de 31.5.2012, na parte que concedeu ao referido servidor o pagamento de 5% (cinco por cento) do adicional de qualificação.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça



**PORTARIA Nº 1152/2019-PGJ, DE 3.4.2019**

O PROCURADOR-GERAL ADJUNTO DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVO, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

**R E S O L V E :**

Conceder ao servidor Jean Hebert Moraes, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar, símbolo MPAL-301, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 30 (trinta) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 28.2 a 29.3.2019, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c a alínea “c” do inciso II do artigo 19 e artigo 22 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009 e, ainda, alínea “g” do inciso I do artigo 31 e artigo 53, ambos da Lei nº 3.150, de 22 de dezembro de 2005.

HELTON FONSECA BERNARDES  
Procurador-Geral Adjunto de Justiça

**COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA****RESOLUÇÃO Nº 5/2019-CPJ, DE 5 DE ABRIL DE 2019.**

*Altera as Resoluções nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012, e nº 014/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições conferidas pelo artigo 9º, I e XXVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO o disposto no artigo 129, III e VI, da Constituição Federal, bem como nos artigos 25, IV, e 26, I, da Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como Reforma do Judiciário, acrescentou ao rol dos direitos fundamentais o princípio da celeridade e da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII), indicando, entre outros, a necessidade de criação de meios alternativos de solução de conflitos, evitando-se, tanto quanto possível, a propositura de demandas judiciais que, muitas vezes, tramitam por longos períodos e não atingem o êxito pretendido;

CONSIDERANDO que a necessidade de efetivação dos direitos e das garantias fundamentais do Estado brasileiro pós-1988 desenvolve-se com vistas à superação da tradição demandista de acesso ao Judiciário, para alcançar novas formas de resolução de conflitos, com acesso eficiente e resolutivo à Justiça;

CONSIDERANDO que a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, com redação dada pela Lei nº 13.655, de 25 de abril de 2018, preconiza a solução consensual de conflitos mediante compromisso com os interessados;

CONSIDERANDO que o novel Código de Processo Civil reafirmou a busca pela solução consensual dos conflitos, dispondo que “O Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos” (art. 3º, § 2º) e que a “conciliação, a mediação e outros métodos de solução consensual de conflitos deverão ser estimulados por juízes, advogados, defensores públicos e membros do Ministério Público, inclusive no curso do processo judicial” (art. 3º, § 3º);

CONSIDERANDO a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público, trazida pela Resolução CNMP nº 118, de 1º de dezembro de 2014;

CONSIDERANDO as disposições da Resolução CNMP nº 179, de 26 de julho de 2017, admitindo a possibilidade de “compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa,



sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou ato praticado”;

CONSIDERANDO a constante necessidade de se buscar mecanismos e instrumentos para melhor viabilizar a atuação do Ministério Público na realização de suas atribuições institucionais, notadamente pelo fomento a medidas que prestigiem a eficiência, em razão da evolução do volume de questões que demandam a atuação ministerial,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** O art. 1º da Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, passa a vigorar com nova redação do caput e acrescido do § 3º:

*“Art. 1º Esta Resolução disciplina o inquérito civil e os demais meios de investigação de atribuição do Ministério Público, relacionados aos interesses difusos, coletivos, individuais homogêneos e individuais indisponíveis, às audiências públicas, aos compromissos de ajustamento de conduta e às recomendações.*

*(...)*

*§ 3º O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos.” (NR)*

**Art. 2º** O art. 3º da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 3º As audiências públicas são instrumentos para coleta de provas, dados, informações ou esclarecimentos em procedimento preparatório, inquérito civil e procedimento administrativo, ou com a finalidade de zelar para que os Poderes Públicos e os serviços de relevância pública e social obedeçam aos direitos assegurados nas Constituições Federal e Estadual e no ordenamento jurídico.*

*Parágrafo único. A audiência pública será organizada e presidida pelo membro do Ministério Público, precedida da publicidade devida, com posterior registro da ata no sistema informatizado de processo eletrônico.” (NR)*

**Art. 3º** O art. 4º da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com nova redação e acrescido de parágrafo único:

*“Art. 4º O compromisso de ajustamento de conduta é instrumento formal de garantia dos direitos e interesses difusos e coletivos, individuais homogêneos e outros direitos de cuja defesa está incumbido o Ministério Público, com natureza de negócio jurídico que tem por finalidade a adequação da conduta às exigências legais e constitucionais, com eficácia de título executivo extrajudicial a partir da celebração nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório.*

*Parágrafo único. É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado, a ser regulamentado em resolução específica.” (NR)*

**Art. 4º** Fica acrescido o § 3º ao art. 6º da Resolução nº 015/2007-PGJ, com a seguinte redação:

*“§ 3º Em se tratando das hipóteses do art. 30, X, da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, as peças de informação, documentos ou procedimentos devem ser, imediatamente, remetidos ao Procurador-Geral de Justiça para as providências que se fizerem necessárias, podendo este delegar a presidência do respectivo procedimento ou a realização de atos específicos.” (NR)*

**Art. 5º** O parágrafo único do art. 7º da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. Em caso de informações verbais, o órgão de execução do Ministério Público deverá reduzir a termo as declarações prestadas, encaminhando-as, imediatamente, à distribuição na hipótese de haver membros com identidade de atribuições na comarca, não gerando prevenção o ato formalizado.” (NR)*

**Art. 6º** O parágrafo único do art. 8º da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. Todas as representações e peças de informação recebidas pelo órgão de execução deverão ser registradas como notícia de fato no sistema informatizado de processo eletrônico, observando-se a prévia distribuição nas comarcas onde existam membros com identidade de atribuições.” (NR)*

**Art. 7º** O art. 12 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 12. Em caso de conhecimento por informação anônima, o órgão de execução, se a entender verossimilhante mediante decisão fundamentada no bojo da notícia de fato, após a prévia distribuição nas comarcas onde existam membros com identidade de atribuições, poderá instaurar procedimento preparatório na forma do art. 23 desta Resolução.” (NR)*



**Art. 8º** O art. 14 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com nova redação do inciso I, assim como acrescido de parágrafo único, revogando-se o inciso VI:

*“I – o fundamento legal que autoriza a ação do Ministério Público, a descrição de seu objeto e a justificativa, ainda que sucinta, da necessidade da instauração e da atribuição do Ministério Público;*

*(...)*

*Parágrafo único. Não havendo prejuízo ao interesse público, o(s) representante(s) e o(s) investigado(s) poderão ser cientificados da decisão de instauração do inquérito civil.” (NR)*

**Art. 9º** Ficam revogados os parágrafos do art. 15 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

**Art. 10.** A Subseção IV, da Seção I, do Capítulo II, da Resolução nº 015/2007-PGJ, fica acrescida dos arts. 16-A, 16-B, 16-C e 16-D, com a seguinte redação:

*“Art. 16-A. O presidente do inquérito civil declarará, em qualquer momento no curso procedimental, seu impedimento ou suspeição.*

*§ 1º Durante a tramitação da investigação, o interessado poderá arguir o impedimento ou suspeição do presidente do inquérito civil.*

*§ 2º Para fins deste artigo, considera-se “interessado” aquele em face de quem pode ser proposta a ação civil pública ou quem requereu a investigação.*

*§ 3º As hipóteses de impedimento e suspeição são aquelas previstas na legislação processual civil.” (NR)*

*“Art. 16-B. A arguição de impedimento ou suspeição será formalizada em peça própria, acompanhada das respectivas razões e instruída com a prova do fato constitutivo alegado, sob pena de não conhecimento.” (NR)*

*“Art. 16-C. Recebida a arguição, será autuada em apartado e apensada aos autos principais.” (NR)*

*“Art. 16-D. O presidente do inquérito civil lançará nos autos da exceção, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestação fundamentada na qual:*

*I – recusará o impedimento ou a suspeição, remetendo os autos, em 3 (três) dias, ao Conselho Superior do Ministério Público para deliberação;*

*II – acatando a alegação, remeterá os autos, imediatamente, ao seu substituto legal.*

*Parágrafo único. No caso do inciso I deste artigo, o relator poderá, sendo relevante o fundamento da arguição de suspeição ou de impedimento, suspender a tramitação do inquérito civil até o pronunciamento do Conselho Superior do Ministério Público, dando ciência ao presidente do procedimento e ao excipiente, devendo ser a liminar eventualmente concedida encaminhada para ratificação na primeira sessão subsequente do órgão colegiado, sob pena de perda dos seus efeitos.” (NR)*

**Art. 11.** O art. 17 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 17. Nas hipóteses legais de atribuição originária do Procurador-Geral de Justiça, o inquérito civil será presidido pelo mesmo ou por membro do Ministério Público a quem for delegada essa atribuição, podendo aquele delegar a realização de atos específicos.” (NR)*

**Art. 12.** Os §§ 3º e 5º do art. 22 da Resolução nº 015/2007-PGJ passam a vigorar com nova redação, revogando-se o § 4º:

*“§ 3º As notificações, requisições, intimações, solicitações ou outras correspondências expedidas pelo presidente do inquérito civil que se destinem ao Governador do Estado, aos membros do Poder Legislativo Estadual, aos Desembargadores do Tribunal de Justiça, aos Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado, aos Secretários de Estado, aos Conselheiros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público deverão ser remetidas ao Procurador-Geral de Justiça para encaminhamento no prazo de 10 (dez) dias, não cabendo a este valorar o teor dos documentos, podendo deixar de encaminhá-los quando não contiverem os requisitos legais ou não for empregado o tratamento protocolar devido ao destinatário.*

*(...)*

*§ 5º As notificações ou convites para comparecimento do investigado ou de qualquer pessoa deverão ser feitas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de adiamento do ato e, se o destinatário da notificação for agente público, a apresentação será requisitada ao chefe da repartição ou comando em que servir, observando-se as disposições do § 3º deste artigo.” (NR)*

**Art. 13.** A Subseção V da Seção I do Capítulo II da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar acrescida do art. 22-A, com a seguinte redação:

*“Art. 22-A. O presidente do inquérito civil deverá ouvir, ao final, o(s) investigado(s).*



*§ 1º Não se aplica o disposto no caput deste artigo, quando:*

*I – haja dificuldade justificada em fazê-lo;*

*II – de qualquer modo, possa refletir prejuízo à eficácia dos provimentos jurisdicionais.*

*§ 2º Ao ser notificado, o investigado será cientificado dessa condição e da faculdade de se fazer acompanhar por advogado e de trazer os subsídios que entender necessários.*

*§ 3º A critério do presidente do inquérito civil, o momento da(s) oitiva(s) do(s) investigado(s) poderá ser antecipado.*

*§ 4º No caso de o investigado ou seu advogado requerer diligências, o presidente apreciará a conveniência e a oportunidade da sua realização, arcando o investigado com eventuais despesas.*

*§ 5º É facultado ao investigado, no curso do inquérito civil, requerer, pessoalmente ou por seu advogado, a juntada de documentos aos autos do procedimento, cujo deferimento dependerá da pertinência com o fato investigado.” (NR)*

**Art. 14.** A Seção III do Capítulo II da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar acrescida dos arts. 25-A e 25-B, com a seguinte redação:

*“Art. 25-A. O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, antes da propositura de eventual ação civil pública, a solução consensual do conflito, demonstrando nos autos a atuação nesse sentido.” (NR)*

*“Art. 25-B. Suspende-se o curso do prazo dos procedimentos em trâmite nos dias compreendidos entre 20 de dezembro e 20 de janeiro, inclusive, excetuados os prazos previstos nos arts. 8º, §1º, e 9º, §1º, da Lei nº 7.347/85, e nos arts. 11, § 1º, 22, §3º, 26, §1º e 52, parágrafo único, desta Resolução.” (NR)*

**Art. 15.** Os §§ 5º e 6º, do art. 26 da Resolução nº 15/2007-PGJ passam a vigorar com a seguinte redação:

*“§ 5º Qualquer interessado, colegitimado ou não, poderá, na forma regimental, quando da revisão do arquivamento do inquérito civil ou procedimento preparatório, oferecer razões e juntar documentos que possam contribuir para a decisão do Conselho Superior do Ministério Público.*

*§ 6º Deixando o Conselho Superior do Ministério Público de homologar a promoção de arquivamento, adotará uma das seguintes providências:*

*I – converterá o julgamento em diligência para a realização de atos imprescindíveis à sua decisão, especificando-os e remetendo os autos ao membro do Ministério Público que determinou seu arquivamento e, no caso de recusa fundamentada, ao órgão competente para designar o membro que irá atuar;*

*II – deliberará pela propositura da ação civil pública, observando o disposto no art. 25-A desta Resolução, indicando os fundamentos de fato e de direito de sua decisão, adotando as providências relativas à designação, em qualquer hipótese, de outro membro do Ministério Público para atuação.” (NR)*

**Art. 16.** Fica revogado o § 8º do art. 26 da Resolução nº 015/2007-PGJ.

**Art. 17.** O art. 32 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 32. Em cumprimento ao princípio da publicidade das investigações, o membro do Ministério Público poderá prestar informações, inclusive aos meios de comunicação social, a respeito das providências adotadas para apuração dos fatos em tese ilícitos, abstendo-se, contudo, de externar ou antecipar juízos de valor a respeito de apurações ainda não concluídas.” (NR)*

**Art. 18.** O art. 33 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 33. O compromisso de ajustamento de conduta será tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, ou no curso da ação judicial, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis, salvo peculiaridades do caso concreto, e ser assinado pelo órgão do Ministério Público e pelo compromissário.*

*§ 1º Não sendo o titular dos direitos concretizados no compromisso de ajustamento de conduta, não pode o órgão do Ministério Público fazer concessões que impliquem renúncia aos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos, cingindo-se a negociação à interpretação do direito para o caso concreto, à especificação das obrigações adequadas e necessárias, em especial o modo, tempo e lugar de cumprimento, bem como à mitigação, à compensação e à indenização dos danos que não possam ser recuperados.*

*§ 2º Quando estipulada medida compensatória, a impossibilidade do restabelecimento ao estado anterior e da adoção de medidas de recuperação do dano deverá ser justificada no próprio termo ou em apartado.*

*§ 3º A celebração do compromisso de ajustamento de conduta com o Ministério Público não afasta, necessariamente, a eventual responsabilidade administrativa ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no compromisso.*



§ 4º O termo do compromisso de ajustamento deverá conter a qualificação do compromissário, com todos os dados relevantes para sua perfeita identificação.

§ 5º Quando o compromissário for pessoa física, o compromisso de ajustamento de conduta poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato, público ou particular, sendo que, neste último caso, com reconhecimento de firma.

§ 6º Quando o compromissário for pessoa jurídica, o compromisso de ajustamento de conduta deverá ser firmado por quem tiver, por lei, regulamento, disposição estatutária ou contratual, poderes de representação extrajudicial daquela, ou por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante, que juntará os documentos necessários para comprovar tal condição.

§ 7º Tratando-se de empresa pertencente a grupo econômico, deverá assinar o representante legal da pessoa jurídica controladora à qual esteja vinculada, sendo admissível a representação por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante.

§ 8º Na fase de negociação e assinatura do compromisso de ajustamento de conduta, poderão os compromissários ser acompanhados ou representados por seus advogados, devendo-se juntar aos autos instrumento de mandato.

§ 9º É facultado ao órgão do Ministério Público colher assinatura, como testemunhas, das pessoas que tenham acompanhado a negociação ou de terceiros interessados.

§ 10. Poderá o compromisso de ajustamento de conduta ser firmado em conjunto por órgãos de ramos diversos do Ministério Público ou por este e outros órgãos públicos legitimados, bem como contar com a participação de associação civil, entes ou grupos representativos ou terceiros interessados.

§ 11. Caberá ao órgão do Ministério Público com atribuição para a celebração do compromisso de ajustamento de conduta decidir quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de reuniões ou audiências públicas com a participação dos titulares dos direitos, entidades que os representem ou demais interessados.

§ 12. É cabível o compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado, conforme regulamentação específica.” (NR)

**Art. 19.** O art. 34, caput e parágrafos, da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 34. No exercício de suas atribuições, poderá o órgão do Ministério Público tomar compromisso de ajustamento de conduta para a adoção de medidas provisórias ou definitivas, parciais ou totais, sendo que as obrigações de fazer e não fazer ajustadas deverão ter o modo de cumprimento devidamente especificado, bem como os padrões de execução de obras, quando for o caso, que deverão ser utilizados no adimplemento.

§ 1º Em casos complexos, as obrigações ajustadas poderão ser detalhadas em planos ou programas anexos, que serão parte integrante do compromisso de ajustamento.

§ 2º O compromisso de ajustamento deverá prever prazo específico para o adimplemento de cada uma das obrigações, quando não for caso de cumprimento imediato.

§ 3º Na hipótese de adoção de medida provisória ou parcial, a investigação deverá continuar em relação aos demais aspectos da questão, ressalvada situação excepcional que enseje arquivamento fundamentado.” (NR)

**Art. 20.** O art. 36, caput e parágrafos, da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 36. As indenizações pecuniárias referentes a danos a direitos ou interesses difusos e coletivos, quando não for possível a reconstituição específica do bem lesado, e as liquidações de multas deverão ser destinadas a fundos, estaduais e municipais previstos em lei.

§ 1º Nas hipóteses do caput, também é admissível a destinação dos referidos recursos a projetos de prevenção ou reparação de danos de bens jurídicos da mesma natureza, ao apoio a entidades cuja finalidade institucional inclua a proteção aos direitos ou interesses difusos ou, ainda, destinação específica que tenha a mesma finalidade dos fundos previstos em lei ou esteja em conformidade com a natureza e a dimensão do dano.

§ 2º As entidades previstas no parágrafo anterior deverão estar antecipadamente cadastradas no Ministério Público, nos termos da Resolução nº 031/2012-PGJ, de 31 de agosto de 2012, e prestar contas ao órgão de execução sobre a destinação que for dada aos bens ou valores recebidos, conforme proposta previamente aprovada.

§ 3º Os valores referentes às medidas compensatórias decorrentes de danos irreversíveis aos direitos ou interesses difusos deverão ser, preferencialmente, revertidos em proveito da região ou das pessoas impactadas.

§ 4º A entidade privada que provocou a atuação do Ministério Público, com ou sem o objetivo de obter reciprocidade, não poderá ser beneficiada com a doação de bens ou valores.” (NR)

**Art. 21.** O art. 37 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com nova redação para seu caput e acrescido de incisos:



*“Art. 37. O compromisso de ajustamento deverá conter, obrigatoriamente:*

*I – cláusula prevendo que o descumprimento das obrigações assumidas acarretará o ajuizamento de ação de execução para busca da tutela específica ou do resultado prático equivalente; e*

*II – cláusula com cominação de sanções pecuniárias para a hipótese de inadimplemento das obrigações nos prazos assumidos, admitindo-se, em casos excepcionais e devidamente fundamentados, a previsão de que esta cominação seja fixada judicialmente, se necessária à execução do compromisso.” (NR)*

**Art. 22** O art. 38 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar acrescido de parágrafo único com a seguinte redação:

*“Parágrafo único. O Conselho Superior do Ministério Público deverá ser cientificado do conteúdo integral do compromisso de ajustamento de conduta, em prazo não superior a 3 (três) dias a partir da promoção de arquivamento do inquérito civil ou procedimento preparatório em que foi celebrado.” (NR)*

**Art. 23** O art. 42 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação, acrescido de incisos e parágrafos:

*“Art. 42. Caberá ao órgão do Ministério Público com atribuição para a celebração do compromisso de ajustamento de conduta dar publicidade ao extrato do termo de compromisso de ajustamento no Diário Oficial do Ministério Público de Mato Grosso do Sul, DOMP-MS, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, o qual deverá conter:*

*I – a indicação do inquérito civil ou procedimento em que tomado o compromisso;*

*II – a indicação do órgão de execução;*

*III – a área de tutela dos direitos ou interesses difusos, coletivos e individuais homogêneos em que foi firmado o compromisso de ajustamento de conduta e sua abrangência territorial, quando for o caso;*

*IV – a indicação das partes compromissárias, seus CPF ou CNPJ, e o endereço de domicílio ou sede;*

*V – o objeto específico do compromisso de ajustamento de conduta;*

*VI – a indicação do endereço eletrônico em que se possa acessar o inteiro teor do compromisso de ajustamento de conduta ou local em que seja possível obter cópia impressa integral.*

*§ 1º Ressalvadas situações excepcionais devidamente justificadas, a publicação no site da Instituição disponibilizará acesso ao inteiro teor do compromisso de ajustamento de conduta ou indicará o banco de dados público em que pode ser acessado.*

*§ 2º A disciplina deste artigo não impede a divulgação imediata do compromisso de ajustamento de conduta celebrado, nem o fornecimento de cópias aos interessados, consoante os critérios de oportunidade, conveniência e efetividade formulados pelo membro do Ministério Público.” (NR)*

**Art. 24** O art. 43 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 43. Caberá ao órgão de execução que celebrou o compromisso de ajustamento de conduta a responsabilidade de fiscalizar o seu efetivo cumprimento, valendo-se, sempre que necessário e possível, de técnicos especializados.*

*§ 1º Poderão ser previstas no próprio compromisso de ajustamento de conduta obrigações consubstanciadas na periódica prestação de informações sobre a execução do acordo pelo compromissário.*

*§ 2º Na hipótese de descumprimento do compromisso de ajustamento, integral ou parcialmente, deverá o órgão de execução do Ministério Público com atribuição para fiscalizar o seu cumprimento promover, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, ou assim que possível, nos casos de urgência, a execução judicial do respectivo título executivo extrajudicial com relação às cláusulas em que se constatar a mora ou inadimplência.*

*§ 3º O prazo supracitado poderá ser excedido se o compromissário, instado pelo órgão do Ministério Público, justificar satisfatoriamente o descumprimento ou reafirmar sua disposição para o cumprimento, casos em que ficará a critério do órgão ministerial decidir pelo imediato ajuizamento da execução, por sua repactuação ou pelo acompanhamento das providências adotadas pelo compromissário até o efetivo cumprimento do compromisso de ajustamento de conduta, sem prejuízo da possibilidade de execução da multa, quando cabível e necessário.” (NR)*

**Art. 25.** O Capítulo III da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar acrescido do art. 43-A, com a seguinte redação:

*“Art. 43-A. O Ministério Público tem legitimidade para executar compromisso de ajustamento de conduta firmado por outro órgão público, no caso de omissão deste frente ao descumprimento das obrigações assumidas, sem prejuízo da adoção de outras providências de natureza civil ou criminal que se mostrem pertinentes, inclusive em face da inércia do órgão público compromitente.” (NR)*

**Art. 26.** O parágrafo único do art. 52 da Resolução nº 015/2007-PGJ passa a vigorar com a seguinte redação:



*“Parágrafo único. No curso do inquérito civil ou do procedimento preparatório, se o membro que o preside declinar da atribuição para membro de outro ramo do Ministério Público, deverá submeter sua decisão à homologação do Conselho Superior do Ministério Público no prazo de 3 (três) dias.” (NR)*

**Art. 27.** O art. 35 da Resolução nº 14/2017-CPJ, de 18 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 35. A prorrogação de prazo de inquérito civil ou procedimento preparatório será decretada mediante despacho fundamentado, nos próprios autos, conforme a Resolução nº 015/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, mediante liberação de documento vinculado aos movimentos taxonômicos 1001033 (prorrogação de prazo de investigação em inquérito civil) e 1001031 (prorrogação de prazo de investigação em procedimento preparatório), conforme o caso.*

*§ 1º A liberação do despacho de prorrogação de prazo nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório acarretará emissão automática de relatório para o Conselho Superior do Ministério Público, contendo as seguintes informações:*

*a) número e nome das partes que integram o procedimento de origem;*

*b) data da instauração do procedimento de origem;*

*c) se houve conversão do feito;*

*d) número de prorrogações de prazo já despachadas nos autos;*

*e) os trechos do despacho de prorrogação de prazo marcados como ‘complemento da movimentação’”.*

*§ 2º Fica dispensado o envio manual de comunicação de prorrogação de prazo em inquérito civil ou procedimento preparatório para o Conselho Superior do Ministério Público.*

*§ 3º O membro do Ministério Público responsável pela assinatura do despacho de prorrogação de prazo deverá obrigatoriamente marcar como ‘complemento da movimentação’ o trecho do documento em que as diligências faltantes para a conclusão da investigação forem indicadas.*

*§ 4º A Secretaria do Conselho Superior do Ministério Público, após receber os relatórios automáticos de prorrogações de prazo, deverá autuá-los como procedimentos de gestão administrativa e encaminhá-los aos Conselheiros designados relatores mediante distribuição automática.*

*§ 5º Os Conselheiros terão acesso eletrônico aos autos originários, para visualização do despacho e demais atos e documentos que os integram.” (NR)*

**Art. 28.** O caput do art. 7º da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação:

*“Art. 7º Esgotadas as diligências, o órgão de execução do Ministério Público, caso se convença da inexistência de fundamento para a propositura de medidas judiciais pertinentes ao direito fiscalizado, determinará o arquivamento do procedimento administrativo, mediante despacho fundamentado, no próprio órgão de execução, sem necessidade de envio dos autos para homologação, dando ciência obrigatória do ato às partes interessadas.” (NR)*

**Art. 29.** O art. 7º da Resolução nº 005/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012, passa a vigorar acrescido de § 8º, com a seguinte redação:

*“§ 8º Serão enviados ao Conselho Superior do Ministério Público relatórios automáticos das promoções de arquivamento de procedimentos administrativos para inclusão em pauta como expedientes encaminhados para apreciação, sem designação de relator.” (NR)*

**Art. 30.** Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande, 5 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



**RESOLUÇÃO Nº 6/2019-CPJ, DE 5 DE ABRIL DE 2019.**

*Disciplina o compromisso de ajustamento de conduta nos atos de improbidade administrativa, o acordo de leniência no âmbito do Ministério Público e dá outras providências.*

O COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no exercício das atribuições conferidas pelo art. 9º, I e XXVI, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e

CONSIDERANDO incumbir ao Ministério Público, segundo o art. 127 da Constituição Federal, a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, bem como ser sua função, em consonância com o art. 129, inc. III, da Constituição Federal de 1988 (CF), promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social;

CONSIDERANDO que a Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, secundando a CF, em seu art. 5º, inc. I, legitima o Ministério Público a propor a ação principal e a ação cautelar, bem como, no § 6º do mesmo dispositivo, define que os órgãos públicos legitimados – entre os quais, naturalmente, o Ministério Público – poderão tomar dos interessados compromisso de ajustamento de sua conduta às exigências legais, mediante cominações, que terá eficácia de título executivo extrajudicial;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, que dispõe sobre a responsabilidade administrativa e civil das pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, prevê expressamente a composição, por meio do instituto do acordo de leniência, nas hipóteses em que, uma vez reparado o dano, haja a identificação dos agentes perpetradores do ilícito;

CONSIDERANDO que a Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011, que estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, em seu art. 86, permite a celebração de acordo de leniência, com pessoas físicas e jurídicas que forem autoras de infração à ordem econômica, desde que colaborem efetivamente com as investigações e o processo administrativo, mediante o atendimento dos requisitos definidos no mencionado diploma legal;

CONSIDERANDO que a interpretação constitucional do art. 16 da Lei nº 12.846/2013 autoriza o Ministério Público a firmar, no bojo do inquérito civil ou procedimento preparatório, composição para o fim de celebrar acordo de leniência com as pessoas jurídicas responsáveis pela prática dos atos lesivos contra a Administração Pública que colaborem efetivamente com as investigações;

CONSIDERANDO que a Emenda Constitucional nº 45, de 30 de dezembro de 2004, conhecida como Reforma do Judiciário, acrescentou ao rol dos direitos fundamentais o princípio da celeridade e da razoável duração do processo (CF, art. 5º, LXXVIII), indicando, entre outros, a necessidade de criação de meios alternativos de solução de conflitos, evitando-se, tanto quanto possível, a propositura de demandas judiciais que, muitas vezes, tramitam por longos períodos e não atingem o êxito pretendido;

CONSIDERANDO que o direito à probidade administrativa situa-se dentro do microssistema de tutela dos direitos coletivos, impondo-se, quanto à estruturação dos mecanismos para a proteção coletiva do referido direito, a aplicação sistemática dos diferentes diplomas que compõem esse microssistema, com obediência aos preceitos do direito fundamental ao justo e apropriado processo e aplicando-se, no que for pertinente, o diploma base do direito processual para a solução das controvérsias advindas dessa estruturação;

CONSIDERANDO que as inovações legislativas trazidas pelo § 4º do art. 36 da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015, interpretadas à luz das novas diretrizes estabelecidas pelo novo Código de Processo Civil (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015), levam à conclusão de que, a despeito do inicialmente previsto no § 1º do art. 17 da Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992, o ordenamento jurídico, em certas situações, autoriza o Ministério Público a celebrar compromisso de ajustamento de conduta em relação às sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, e aos atos praticados contra a Administração Pública, definidos na Lei nº 12.846/2013, de forma tal que se assegure a probidade na Administração Pública, porém mediante instrumentos dotados de maior efetividade e adequação às peculiaridades contemporâneas;



CONSIDERANDO que a Resolução do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) nº 118, de 1º de dezembro de 2014, recomendou a implementação geral de mecanismos de autocomposição, tais como a negociação, a mediação, a conciliação, o processo restaurativo e as convenções processuais, o que foi referendado ainda pela Recomendação CNMP nº 54, de 28 de março de 2017, que dispõe sobre a Política Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva do Ministério Público brasileiro;

CONSIDERANDO que a transação, a suspensão condicional do processo (Lei nº 9.099, de 26 de setembro de 1995) e, mais recentemente, a colaboração premiada (Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013), no campo penal, e o acordo de leniência (Lei nº 12.846/2013), nos campos administrativo e civil das pessoas jurídicas, permitem afastar a incidência estrita de determinados comandos legais penalizadores e sancionatórios em suas respectivas áreas, quando a realização do bem jurídico protegido for atingida;

CONSIDERANDO que os princípios e as normas estatuídas pelo Código de Processo Civil de 2015 incorporaram mecanismos de autocomposição de conflitos, cuja diretriz eleva os poderes da ação resolutiva, superando-se a forma rígida, tradicional e única de realização dos direitos por meio da imposição estatal da sentença;

CONSIDERANDO que a necessidade de efetivação dos direitos e das garantias fundamentais do Estado brasileiro pós-1988 desenvolve-se com vistas à superação da tradição demandista de acesso ao Judiciário, para alcançar novas formas de resolução de conflitos, com acesso eficiente e resolutivo à Justiça;

CONSIDERANDO que o compromisso de ajustamento de conduta proporciona, a um só tempo, solução mais célere às lesões a direitos transindividuais e eficácia à tutela coletiva desses interesses, bem como contribui para o descongestionamento do Poder Judiciário;

CONSIDERANDO que, nessa mesma linha de raciocínio, a denominada Carta de Brasília, concebida no âmbito do CNMP, reconhece que “se faz necessária uma revisão da atuação jurisdicional do Ministério Público, de modo a buscar a proatividade e a resolutividade da Instituição e, ao mesmo tempo, evitar a propositura de demandas judiciais em relação às quais a resolução extrajudicial é a mais indicada”, enfatizando-se para tanto que “os mecanismos de atuação extrajudicial são plurais e não taxativos”;

CONSIDERANDO que o compromisso de ajustamento de conduta e o acordo de leniência, mediante a observância de critérios legais, reprisados neste ato, possibilitam, além das vantagens decorrentes da celeridade e da eficiência, a obtenção de resultado similar ou até mesmo àquele que, potencialmente, poderia ser obtido em Juízo;

CONSIDERANDO que, em qualquer hipótese, preserva-se a indisponibilidade do interesse público, pois a modalidade condicionada de composição pressupõe: i) o compromisso de recomposição do dano patrimonial causado; e ii) aplicação de uma ou algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou ato praticado;

CONSIDERANDO que o compromisso de ajustamento de conduta submete-se ao controle do Conselho Superior do Ministério Público, o que decorre da interpretação analógica do § 1º do art. 9º da Lei nº 7.347/1985;

CONSIDERANDO que a Resolução CNMP nº 179, de 26 de julho de 2017, admite a possibilidade do compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou de algumas das sanções previstas em lei, de acordo com a conduta ou o ato praticado;

CONSIDERANDO que a Resolução nº 15/2007-PGJ, de 27 de novembro de 2007, possibilita a formalização de compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa,

**RESOLVE:**

### **Do objeto da Resolução**

Art. 1º As tratativas prévias e a celebração de compromisso de ajustamento de conduta e acordo de leniência envolvendo as sanções cominadas aos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, e aos atos



praticados contra a Administração Pública, definidos na Lei nº 12.846/2013, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, deverão observar os parâmetros procedimentais e materiais previstos na presente Resolução.

### **Das hipóteses de composição**

Art. 2º O compromisso ou os acordos regulados por esta resolução, poderão ser celebrados, tanto na fase extrajudicial, quanto na fase judicial, com as pessoas, físicas ou jurídicas, investigadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, sem prejuízo do ressarcimento ao erário e da aplicação de uma ou de algumas das sanções definidas na Lei nº 8.429/1992, e dos atos praticados contra a Administração Pública, definidos na Lei nº 12.846/2013, visando:

I – a aplicação célere e proporcional das respectivas sanções, com base nos princípios da proporcionalidade, da razoabilidade e da eficiência, desde que se mostre suficiente para sua prevenção e repressão; ou

II – constituir meio de obtenção de provas, em qualquer ato de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992) ou qualquer ato praticado contra a Administração Pública (Lei nº 12.846/2013), desde que o beneficiado pela composição colabore efetivamente com as investigações e o processo, quando for o caso.

§ 1º Caberá ao órgão do Ministério Público com atribuições para celebração do compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência decidir quanto à necessidade, conveniência e oportunidade de reuniões ou audiências públicas com a participação dos titulares dos direitos, entidades que os representem ou demais interessados.

§ 2º A celebração do compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência com o Ministério Público não afasta, necessariamente, eventual responsabilidade administrativa, civil ou penal pelo mesmo fato, nem importa, automaticamente, no reconhecimento de responsabilidade para outros fins que não os estabelecidos expressamente no termo.

§ 3º O membro do Ministério Público promoverá, sempre que possível, antes da propositura de eventual ação civil pública por ato de improbidade, a solução consensual do conflito.

§ 4º Aplica-se a Resolução nº 15/2007-PGJ aos procedimentos tratados nesta Resolução, naquilo que não se mostrar incompatível com as especificidades ora disciplinadas.

### **Do compromisso de ajustamento de conduta**

Art. 3º A celebração do compromisso de ajustamento de conduta nas hipóteses configuradoras de improbidade administrativa deverá observar obrigatoriamente as seguintes condições:

I - o compromisso de ter cessado completamente o envolvimento no ato ilícito;

II – a natureza, as circunstâncias, a gravidade e a repercussão social do ato ilícito indicarem que a solução adotada apresenta-se suficiente para sua prevenção e repressão;

III – o compromisso de comparecimento perante o Ministério Público ou em Juízo, às próprias expensas, quando necessário;

IV – o compromisso de reparar o dano, restituir totalmente o produto do enriquecimento ilícito, perdimento dos bens, direitos ou valores que representem vantagem ou proveito direta ou indiretamente obtidos da infração, quando for o caso;

V – considerada a espécie e a gravidade do ato ilícito praticado, cumulação das medidas previstas neste artigo com pelo menos uma das condições previstas no art. 5º desta Resolução;

VI – o compromisso do cumprimento das obrigações que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar o comprometimento da pessoa jurídica em promover alterações em sua governança que mitiguem o risco de ocorrência de novos atos lesivos e o monitoramento eficaz dos compromissos firmados na composição;

VII – o estabelecimento de prazo razoável para o cumprimento do quanto avençado, observando-se a necessidade de afastamento do risco da ocorrência da prescrição;

VIII – o estabelecimento de multa cominatória para a hipótese de descumprimento das obrigações pactuadas;

IX – oferecimento de garantias do cumprimento dos compromissos de pagamentos de multa civil, do ressarcimento do dano e da transferência de bens, direitos e/ou valores, em conformidade com a extensão do pactuado;

X – a manutenção ou a instituição da indisponibilidade de bens suficientes para garantir o ressarcimento ao erário e eventual multa civil pactuada.

Parágrafo único. Os interessados serão informados dos requisitos necessários para a sua celebração, assim como das consequências de seu descumprimento, sendo também cientificados de que a composição celebrada com o Ministério Público não impede a ação de outros legitimados, nem afasta as consequências penais decorrentes do mesmo fato, salvo se houver colaboração premiada nesse sentido, naquela seara.



### **Do acordo de leniência**

Art. 4º Os requisitos para a celebração do acordo de leniência, com pessoas físicas e jurídicas, nas hipóteses em que haja colaboração com as investigações, além dos requisitos previstos para o compromisso de ajustamento de conduta (art. 3º), são os seguintes:

I – a admissão quanto à participação nos fatos;

II – a identificação dos demais envolvidos no ato ilícito, quando houver, e a obtenção célere de provas que comprovem o ilícito em apuração;

III – a descrição detalhada sobre o conteúdo da cooperação para a apuração do ato lesivo, relacionando, inclusive, os documentos e outros meios de provas a serem apresentados;

IV – o compromisso de dizer a verdade e não omitir nenhum fato ou dado de que tenha conhecimento, de forma a cooperar plena e permanentemente com as investigações e com eventual processo judicial, em qualquer esfera de responsabilização, inclusive a criminal;

V – a delimitação dos fatos e atos abrangidos, sopesando o impacto social da conduta;

VI – as obrigações que, diante das circunstâncias do caso concreto, reputem-se necessárias para assegurar a efetividade da colaboração e o resultado útil do processo.

### **Das condições**

Art. 5º Tendo como parâmetro a extensão do dano e o grau de censura da conduta do compromissário, bem como visando assegurar o respeito aos princípios que norteiam a Administração Pública e a eficácia do comando da Lei nº 8.429/1992 ou qualquer ato praticado contra a Administração Pública – Lei nº 12.846/2013, os compromissos de ajustamento de conduta e acordos de leniência terão uma ou mais das seguintes condições:

I – compromisso de pagamento de multa civil, cujo valor avençado não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429/1992;

II – compromisso de não contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, por determinado período;

III – renúncia da função pública;

IV – compromisso de reparação de danos morais coletivos;

V – renúncia ao direito de candidatar-se a cargos públicos eletivos, por determinado período.

§ 1º A fixação do prazo pertinente à condição de que trata o inciso II deste artigo não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429/1992.

§ 2º Na hipótese de avençada a condição prevista no inciso III deste artigo, consignar-se-á no respectivo termo cláusula explicitando que o compromissário, de forma irretratável, requer sua exoneração da respectiva função pública, inclusive ficando autorizado o Ministério Público a encaminhar cópia do compromisso de ajustamento de conduta à respectiva entidade da Administração Pública direta ou indireta, para efetivação da condição, caso não apresente comprovação de sua exoneração, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da celebração do compromisso de ajustamento de conduta.

§ 3º A fixação do valor do dano moral coletivo previsto no inciso IV deste artigo terá como parâmetros, além dos efeitos advindos do ato de improbidade administrativa e do grau de censura da conduta do compromissário, a atenção ao seu caráter sancionatório e socioeducativo.

§ 4º Sendo avençada a condição de que trata o inciso V deste artigo, cujo prazo não poderá ultrapassar os limites máximos estabelecidos no art. 12 da Lei nº 8.429/1992, consignar-se-á no respectivo termo cláusula explicitando que o compromissário renuncia ao direito de concorrer a cargo público eletivo, pelo prazo avençado, bem como que a eficácia daquela cláusula específica sujeitar-se-á à homologação judicial.

§ 5º Cumulativamente com uma ou mais das condições previstas nos incisos I a V, poderão também ser avençadas outras obrigações de fazer ou não fazer que se revelem pertinentes ao caso e não sejam defesas em lei.

Art. 6º O compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência poderá ser tomado em qualquer fase da investigação, nos autos de inquérito civil ou procedimento preparatório, ou no curso da ação judicial com as pessoas, físicas e/ou jurídicas, investigadas pela prática dos atos de improbidade administrativa, definidos na Lei nº 8.429/1992, devendo conter obrigações certas, líquidas e exigíveis.

§ 1º Quando o compromissário for pessoa física, o compromisso de ajustamento de conduta poderá ser firmado por procurador com poderes especiais outorgados por instrumento de mandato, público ou particular, sendo que, neste último caso, com reconhecimento de firma.



§ 2º Quando o compromissário for pessoa jurídica, o compromisso de ajustamento de conduta deverá ser firmado por quem tiver, por lei, regulamento, disposição estatutária ou contratual, poderes de representação extrajudicial daquela, ou por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante, que juntará os documentos necessários para comprovar tal condição.

§ 3º Tratando-se de empresa pertencente a grupo econômico, deverá assinar o representante legal da pessoa jurídica controladora à qual esteja vinculada, sendo admissível a representação por procurador com poderes especiais outorgados pelo representante.

§ 4º Na fase de negociação e assinatura do compromisso de ajustamento de conduta, poderão os compromissários ser acompanhados ou representados por seus advogados, devendo-se juntar aos autos instrumento de mandato.

§ 5º É facultado ao órgão do Ministério Público colher assinatura, como testemunhas, das pessoas que tenham acompanhado a negociação ou de terceiros interessados.

§ 6º Poderá o compromisso de ajustamento de conduta ser firmado em conjunto por órgãos de ramos diversos do Ministério Público ou por este e outros órgãos públicos legitimados, bem como contar com a participação de associação civil, entes ou grupos representativos ou terceiros interessados.

§ 7º Se o compromisso tiver sido firmado no âmbito de inquérito civil ou de procedimento preparatório e esgotar seu objeto, o membro do Ministério Público deverá arquivar o procedimento e remetê-lo para homologação do Conselho Superior do Ministério Público, no prazo e na forma da resolução que versa sobre a tramitação de procedimentos extrajudiciais, acompanhando o cumprimento em autos de procedimento administrativo.

§ 8º Se o compromisso firmado não acarretar o arquivamento do procedimento, o membro do Ministério Público deverá promover seu desmembramento, com posterior remessa do novo procedimento ao Conselho Superior do Ministério Público, no prazo e na forma da resolução que versa sobre a tramitação de procedimentos extrajudiciais.

§ 9º O compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência tomado na fase judicial será submetido à homologação do respectivo juízo, sem prejuízo de sua comunicação pelo órgão de execução ao Conselho Superior do Ministério Público, para fins de registro.

§ 10. O compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência deverá observar as demais normas constantes da Resolução nº 15/2007-PGJ.

### **Do procedimento**

Art. 7º A iniciativa para a celebração do compromisso de ajustamento de conduta ou do acordo de leniência caberá ao Ministério Público ou ao responsável pelo ilícito, hipótese em que a proposta poderá ser apresentada isolada, por um ou mais investigados, ou conjuntamente, por todos os envolvidos.

§ 1º A pessoa proponente declarará expressamente que foi orientada a respeito de seus direitos, garantias e deveres legais, e que o não atendimento às determinações e solicitações do Ministério Público durante a etapa de negociação implicará na desistência da proposta.

§ 2º Sempre que possível, a celebração das modalidades condicionadas de composição será registrada por meios audiovisuais.

§ 3º O Conselho Superior do Ministério Público, com prioridade sobre os demais feitos, verificará a regularidade e legalidade podendo, respeitado o quórum previsto em seu Regimento Interno, homologar, rejeitar o termo celebrado, determinar a realização de diligências complementares ou de adequações.

§ 4º Na hipótese de ser verificada pelo Conselho Superior do Ministério Público a necessidade de adequação em cláusula prevista no compromisso que implique a modificação do objeto de qualquer das condições assumidas pelo compromissário, a respectiva alteração será devidamente especificada na decisão, inclusive com indicação dos fundamentos de fato e de direito que a justificam, observando-se as disposições da Resolução nº 15/2007-PGJ.

§ 5º O acompanhamento do cumprimento das cláusulas do compromisso de ajustamento de conduta ou acordo de leniência firmado em inquérito civil ou procedimento preparatório dar-se-á em procedimento administrativo, a cargo do órgão de execução que o tomou, na forma e no prazo disciplinado para tramitação daquele procedimento extrajudicial.

§ 7º O compromisso de ajustamento de conduta ou o acordo de leniência, após sua homologação, deverá constar do banco de dados do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

### **Da desistência**

Art. 8º A qualquer momento que anteceda a celebração do compromisso de ajustamento de conduta ou do acordo de leniência, a pessoa proponente poderá desistir da proposta ou o Ministério Público poderá rejeitá-la.

Parágrafo único. A desistência da proposta ou sua rejeição:

I – não importará em reconhecimento da prática do ato ilícito investigado; e



II – impedirá a utilização das provas fornecidas pelo beneficiário exclusivamente em seu desfavor, exceto quando o Ministério Público tiver acesso a elas por outros meios.

### **Do descumprimento**

Art. 9º No caso de descumprimento do compromisso de ajustamento de conduta ou do acordo de leniência:

I – a pessoa perderá os benefícios pactuados;

II – haverá o vencimento antecipado das parcelas não pagas e serão executados:

- a) o valor integral da multa, descontando-se as frações eventualmente já pagas; e
- b) os valores pertinentes aos danos e ao enriquecimento ilícito;

III – será instaurado ou retomado o procedimento referente aos atos e fatos incluídos no acordo, ou ajuizada ou retomada a ação civil pública, conforme o caso, sem prejuízo de utilização das informações prestadas e dos documentos fornecidos pelo responsável pelo descumprimento da composição.

### **Do cumprimento**

Art. 10. Cumpridas as condições estabelecidas, o compromisso ou acordo será declarado definitivamente adimplido mediante ato do membro do Ministério Público.

Parágrafo único. Se o compromisso ou o acordo tiver sido firmado no âmbito de inquérito civil ou procedimento preparatório, satisfeitas todas as cláusulas, deverá o membro do Ministério Público promover o arquivamento do procedimento administrativo de acompanhamento, com comunicação ao Conselho Superior do Ministério Público nos termos da Resolução nº 5/2012-CPJ, de 13 de setembro de 2012.

### **Das disposições finais**

Art. 11. Nos casos de parcelamento do valor destinado ao ressarcimento do dano e/ou pagamento da multa civil, a quantidade de parcelas levará em conta o interesse público, a extensão do prejuízo ao erário e a capacidade financeira do compromissário.

§ 1º O produto da multa civil e os valores decorrentes de astreintes e reparação de dano moral coletivo serão revertidos a fundos, estaduais e municipais, previstos em lei.

§ 2º Os valores decorrentes de ressarcimento ao erário serão revertidos em favor de ente público lesado.

Art. 12. Na hipótese de o compromissário, sendo pessoa física, manifestar interesse também na celebração de acordo de colaboração premiada ou acordo de não persecução penal, poderá o órgão de execução suspender o andamento do inquérito civil ou do procedimento preparatório, caso verificada a necessidade da conclusão das tratativas no âmbito criminal, de forma a evitar possíveis incompatibilidades entre o avençado nas esferas cível e criminal.

### **Da publicidade**

Art. 13. O membro do Ministério Público deverá observar as regras de publicidade previstas na Resolução nº 15/2007-PGJ, assim como as determinações previstas na Lei nº 12.846/2013 em relação ao acordo de leniência.

### **Da vigência**

Art. 14. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Campo Grande – MS, 5 de abril de 2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Presidente do Colégio de Procuradores de Justiça



**SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO****EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2019NE001479 DE 02.04.2019 DO PROCESSO PGJ/10/1358/2019.**

Credor: COMERCIAL MISSÕES LTDA - ME.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral, do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 40/PGJ/2018 – Ata de Registro de Preço 15/PGJ/2018.**

Objeto: Aquisição de água Mineral, não-gasosa, Ph mínimo de 6,0 e máximo de 8,0, acondicionada em garrafão plástico transparente (reposição) com 20 (vinte) litros. Marca: POR DO SOL, (item 1; lote 1).

Valor: R\$ 6.208,00 (seis mil, duzentos e oito reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2019NE001479 de 02.04.2019.

Amparo Legal: inc. II, do art. 15 da Lei nº 8.666/93.

**EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 44/PGJ/2017**

Processo PGJ/10/2281/2016

Partes:

1 – **Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo, **Helton Fonseca Bernardes**.

2 – **PRO-INFO ENERGIA ININTERRUPTA E INFORMÁTICA LTDA-EPP**, representada por **André Luiz Parreiras**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 08/PGJ/2017.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, artigo 65, inciso I, alínea “b”, §1º e §8º, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Acréscimo de 3 (três) unidades de equipamentos** para fornecimento de energia ininterrupta (UPS), potência de 3000 VA, incluindo os serviços de manutenção preventiva e corretiva, com o fornecimento e substituição de peças e componentes de no-breaks, sendo 2 (dois) equipamentos para atender à Procuradoria-Geral de Justiça na comarca de Campo Grande/MS e 1 (um) equipamento para atender ao GAECO da comarca de Dourados/MS, no valor de R\$ 333,00 (trezentos e trinta e três reais) cada unidade, correspondendo ao total R\$ 999,00 (novecentos e noventa e nove reais); **prorrogação do prazo de vigência** contratual por 24 (vinte e quatro) meses; o **reajuste dos valores** aplicando-se a variação do IGP-M (Índice Geral dos Preços do Mercado), publicado pela Fundação Getúlio Vargas (FGV); e a **alteração do índice de correção** constante no item 3.5, da Cláusula Terceira, no item 4.1 e no subitem 4.1.1, da Cláusula Quarta, para que eventuais correções monetárias e os reajustes subsequentes sejam calculados de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPC-A), publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo em vista a Emenda Constitucional nº 77, de 18 de abril de 2017.

Valor estimado mensal: R\$ 24.265,12 (vinte e quatro mil, duzentos e sessenta e cinco reais e doze centavos).

Vigência: 07.04.2019 a 06.04.2021.

Data da assinatura: 2 de abril de 2019.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 19/PGJ/2018 – PUBLICADA NO DOMP/MS Nº 1.883 DE 08 DE JANEIRO DE 2019 (PÁGINA 20 A 21) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.****PREGÃO PRESENCIAL Nº 50/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual prestação de serviços de teste e recarga de extintores de incêndio, com substituição de peças, ofertados pela empresa adiante identificada, conforme especificações constantes a seguir:



ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS/SERVIÇOS	UNIDADE	PREVISÃO DE CONSUMO (ANUAL)	VALORES DE REFERÊNCIA - UNITÁRIOS (R\$)
01	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 4 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	101	23,00
02	Recarga de extintor pó químico, cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	42	28,52
03	Recarga de extintores pó químico, cilindro com capacidade para 12 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	1	45,08
04	Recarga de extintor água pressurizada, cilindro com capacidade para 10 litros. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	139	20,24
05	Recarga de extintor CO <sup>2</sup> , cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	119	55,20
06	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 4 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	7	36,80
07	Recarga de extintor pó químico ABC, cilindro com capacidade para 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	7	45,08
08	Substituição de manômetro. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	50	4,60
09	Substituição de mangueira AP/PQS. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	45	8,28
10	Substituição de mangueira CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	34	19,32
11	Substituição de válvula AP/PQS. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	39	17,48
12	Substituição de válvula CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	35	44,16
13	Substituição de difusor. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	39	8,28
14	Substituição de punho. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	29	2,76
15	Substituição sifão CO <sup>2</sup> . Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	38	7,36
16	Substituição sifão AP/PQS.	Unidade	44	3,68



	Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>			
17	Substituição de cinta. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	30	1,84
18	Substituição de trava. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Unidade	37	0,92
19	Teste Hidrostático extintor AP 10 litros. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	55	4,60
20	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	50	4,60
21	Teste Hidrostático extintor CO <sup>2</sup> 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	45	4,60
22	Teste Hidrostático extintor PQS 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	34	4,60
23	Teste Hidrostático extintor ABC 4 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	7	4,60
24	Teste Hidrostático extintor ABC 6 kg. Empresa vencedora: <b>A ANT CHAMAS COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA-ME.</b>	Serviço	7	4,60

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 20 de dezembro de 2018.

**EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 20/PGJ/2018 – PUBLICADA NO DOMP/MS Nº 1.882 DE 07 DE JANEIRO DE 2019 (PÁGINA 26 A 27) - REPUBLICAÇÃO CONFORME ESTABELECIDO NO ART. 15, §2º, DA LEI Nº 8.666/1993.**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 52/PGJ/2018-SRP**

**DO OBJETO:** Registro de Preços unitários para eventual aquisição de equipamentos para expansão de sistema de comunicação (servidor, bastidor remoto, terminal IP, etc.) incluindo serviços de instalação e suporte, ofertados pelas empresas adiante identificadas, conforme especificações constantes a seguir:

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO DOS EQUIPAMENTOS/SERVIÇOS	UNID.	PREVISÃO DE CONSUMO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)
1	1.1	Servidor de comunicação para criptografia <i>Alcatel-Lucent Thales</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	3	63.350,00



	1.2	Atualização de servidor de comunicação <i>Omnipcx Enterprise</i> baseado em <i>appliance server</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	1	134.280,00
	1.3	Ampliação de sistema de gerenciamento para centrais telefônicas <i>Omnipcx Enterprise Omnivista 8770 NMS</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	1	81.380,00
	1.4	Serviço de instalação do servidor de comunicação para criptografia (item 1.1), atualização de servidor de comunicação <i>Omnipcx Enterprise</i> (item 1.2) e da ampliação <i>Omnipcx Enterprise Omnivista 8770 NMS</i> (item 1.3.), conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	1	44.100,00
	1.5	Servidor de comunicação <i>opentouch</i> baseado em <i>appliance server</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	1	259.760,00
	1.6	Serviço de instalação do servidor de comunicação <i>opentouch</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	1	27.130,00
2	2.1	Bastidor remoto tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	4	16.614,00
	2.2	Serviço de instalação de bastidor remoto tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	4	2.396,00
3	3.1	Bastidor remoto tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	56	15.024,00
	3.2	Serviço de instalação de bastidor remoto tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	56	2.376,00
4	4.1	Terminal IP tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	1500	692,00
	4.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 1, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	1500	13,00
5	5.1	Terminal IP tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	200	1.237,00
	5.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 2, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	200	13,00
6	6.1	Terminal IP tipo 3, conforme descrição anexa.	Unidade	20	2.986,00



		Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>			
	6.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 3, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	20	13,00
	7.1	Terminal IP tipo 4, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	10	2.407,00
7	7.2	Serviço de instalação de terminais IP tipo 4, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Serviço	10	13,00
8	8	Fonte de alimentação externa para terminais IP, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	400	61,00
9	9	Licença universal para aparelhos IP, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	500	310,00
10	10	Modulo de teclas 20 teclas para terminais 8000 series, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	10	502,00
11	11	Modulo de teclas 40 teclas para terminais 8000 series, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	5	535,00
12	12	<i>Headset</i> monoauricular para terminais IP 8038, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.</b>	Unidade	10	257,50
13	13	<i>Headset</i> monoauricular para <i>Softfone</i> , conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.</b>	Unidade	20	543,00
	14.1	Gateway GSM, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.</b>	Unidade	2	26.950,00
14	14.2	Serviço de instalação de <i>gateway</i> GSM, conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>NETWARE TELECOMUNICAÇÕES E INFORMÁTICA EIRELI - EPP.</b>	Unidade	2	2.245,00
15	15	Serviço de suporte do fabricante ( <i>Solution Premier Service</i> ), conforme descrição anexa. Empresa vencedora: <b>LETTELE DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA.</b>	Unidade	1	310.000,00

VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses, a contar da data da publicação da Ata Registro de Preços no Diário Oficial do Ministério Público Estadual (DOMP-MS).

Data de assinatura: 21 de dezembro de 2018.



**EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA****COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL****CAMPO GRANDE****EDITAL Nº 002/2019/PA**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001031-7.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Assunto: Acompanhar o processo de revisão da Carta Geotécnica do município de Campo Grande-MS.

Campo Grande, 25 de março de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**EDITAL Nº 003/2019/PA,**

A 42ª Promotoria de Justiça da Comarca de Campo Grande/MS torna pública a instauração de Procedimento Administrativo que está à disposição para consulta de quem possa interessar no seguinte endereço eletrônico: [www.mpms.mp.br](http://www.mpms.mp.br).

Procedimento Administrativo n. 09.2019.00001146-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande.

Assunto: Acompanhar a atualização dos estudos, projetos e licenciamento ambiental para os usos que se pretende fazer da Lagoa Itatiaia, localizada no município de Campo Grande-MS.

Campo Grande, 02 de abril de 2019.

ANDRÉIA CRISTINA PERES DA SILVA

Promotora de Justiça

**DOURADOS****EDITAL 0013/2019/10PJ/DOS**

A 10ª Promotoria de Justiça de Dourados torna pública a instauração de Inquérito Civil que está à disposição de quem possa interessar na Rua João Corrêa Neto nº 400, Bairro Santo Antônio, Dourados/MS. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Inquérito Civil nº 06.2019.00000577-0,

Requerente: Ministério Público Estadual,

Requerido: Estado de Mato Grosso do Sul,

Assunto: Apurar a ausência de efetivo de Agente de Polícia Científica e efetivo de médico legista no Núcleo Regional de Medicina Legal de Dourados - URPI.

Dourados, 03 de abril de 2019.

ETÉOCLES BRITO MENDONÇA DIAS JÚNIOR

Promotor de Justiça



**TRÊS LAGOAS**

**PROTOCOLO: 02.2019.00021379-6**

**EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**  
nº 004/2019/04PJ/TLS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no âmbito da 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas e por intermédio do Promotor de Justiça signatário, torna público que, não havendo oposição tempestiva e justificada, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 002/2019/04PJ/TLS, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ/MPE-MS.

Os interessados, devidamente qualificados e desde que comprovada a legitimidade, poderão, por escrito e de forma juridicamente fundamentada, manifestar oposição ao ato ou requerer o desentranhamento de documentos ou, a suas expensas, cópias de peças dos procedimentos e expedientes, salvo as hipóteses de sigilo previstas em legislação específica.

As eventuais manifestações deverão, até o 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, ser protocoladas nesta 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas, situada na Rua Elvírio Mário Mancini, nº 860, Centro, Três Lagoas, das 8h às 11h e das 13h às 18h.

Três Lagoas, 03 de abril de 2019.

**JOSÉ ROBERTO TAVARES DE SOUZA**  
Promotor de Justiça

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 002/2019/04PJ/TLS**

<b>PROVENIÊNCIA/PROCEDÊNCIA: 4ª Promotoria de Justiça de Três Lagoas</b>				
<b>Classe. Subclasse</b>	<b>Conteúdo Informacional</b>	<b>Justificativa da Eliminação</b>	<b>Ano Inicial</b>	<b>Ano Final</b>
200.050	Notícias de Fato nº 31/2014; 32/2014; 33/2014; 34/2014; 35/2014; 36/2014; 37/2014; 38/2014; 39/2014; 40/2014; 41/2014; 42/2014; 43/2014; 44/2014; 45/2014; 46/2014; 50/2014; 51/2014; 52/2014; 54/2014; 57/2014; 58/2014; 59/2014; 60/2014; 61/2014; 62/2014; 64/2014; 68/2014; 69/2014; 72/2014; 73/2014; 74/2014; 75/2014; 77/2014; 79/2014; 80/2014; 81/2014; 83/2014; 84/2014; 85/2014; 86/2014; 87/2014; 89/2014; 90/2014; 91/2014; 93/2014; 94/2014; 95/2014; 96/2014; 97/2014; 98/2014; 99/2014; 100/2014; 101/2014; 102/2014; 104/2014; 105/2014; 106/2014; 107/2014; 108/2014; 109/2014; 111/2014; 112/2014; 114/2014; 115/2014; 117/2014; 118/2014; 119/2014; 120/2014; 123/2014; 124/2014; 125/2014; 126/2014; 127/2014; 129/2014; 130/2014; 131/2014; 132/2014; 133/2014; 134/2014; 135/2014; 136/2014; 137/2014; 138/2014; 139/2014; 140/2014; 141/2014; 142/2014; 146/2014; 147/2014; 150/2014; 152/2014; 153/2014; 155/2014; 156/2014; 157/2014; 158/2014; 159/2014; 160/2014; 161/2014; 163/2014; 164/2014; 165/2014; 167/2014; 168/2014; 169/2014; 170/2014; 171/2014; 172/2014; 173/2014; 177/2014; 178/2014; 179/2014; 180/2014; 183/2014; 184/2014; 185/2014; 186/2014; 187/2014; 188/2014; 190/2014; 191/2014; 192/2014; 193/2014; 194/2014; 196/2014; 197/2014; 198/2014; 200/2014; 201/2014; 202/2014; 203/2014; 204/2014; 205/2014; 206/2014; 207/2014; 209/2014; 210/2014; 211/2014; 212/2014; 215/2014; 216/2014; 217/2014; 218/2014; 219/2014; 220/2014; 221/2014; 222/2014; 223/2014; 224/2014; 225/2014; 226/2014; 227/2014; 228/2014; 229/2014; 232/2014; 233/2014; 234/2014; 235/2014; 236/2014; 237/2014; 238/2014; 239/2014;	Decurso do prazo de guarda previsto na tabela de temporalidade (Resolução nº 25/2018-PGJ/MS)	2014	2016



	<p>240/2014; 241/2014; 242/2014; 243/2014; 244/2014;  245/2014; 246/2014; 247/2014; 248/2014; 248/2014;  249/2014; 250/2014; 251/2014; 252/2014; 253/2014;  254/2014; 255/2014; 256/2014; 257/2014; 258/2014;  260/2014; 261/2014; 262/2014; 264/2014; 265/2014;  266/2014; 267/2014; 268/2014; 269/2014; 273/2014;  274/2014; 276/2014; 277/2014; 278/2014; 279/2014;  280/2014; 281/2014; 282/2014; 284/2014; 285/2014;  287/2014; 288/2014; 289/2014; 290/2014; 291/2014;  292/2014; 293/2014; 294/2014; 295/2014; 296/2014;  297/2014; 298/2014; 299/2014; 300/2014; 301/2014;  302/2014; 303/2014; 304/2014; 305/2014; 306/2014;  308/2014; 309/2014; 310/2014; 311/2014; 312/2014;  314/2014; 315/2014; 317/2014; 318/2014; 319/2014;  320/2014; 321/2014; 322/2014; 323/2014; 325/2014;  326/2014; 327/2014; 328/2014; 329/2014; 330/2014;  331/2014; 332/2014; 333/2014; 335/2014; 336/2014;  338/2014; 339/2014; 340/2014; 341/2014; 342/2014;  343/2014; 344/2014; 345/2014; 346/2014; 347/2014;  348/2014; 349/2014; 350/2014; 351/2014; 352/2014;  353/2014; 354/2014; 355/2014; 356/2014; 357/2014;  358/2014; 359/2014; 360/2014; 362/2014; 363/2014;  364/2014; 365/2014; 366/2014; 367/2014; 368/2014;  369/2014; 370/2014; 371/2014; 372/2014; 373/2014;  374/2014; 375/2014; 377/2014; 378/2014; 379/2014;  380/2014; 381/2014; 382/2014; 383/2014; 384/2014;  385/2014; 386/2014; 387/2014; 388/2014; 389/2014;  390/2014; 391/2014; 392/2014; 393/2014; 394/2014;  395/2014; 396/2014; 397/2014; 398/2014; 399/2014;  400/2014; 401/2014; 402/2014; 403/2014; 404/2014;  405/2014; 406/2014; 407/2014; 408/2014; 409/2014;  410/2014; 411/2014; 412/2014; 413/2014; 414/2014;  415/2014; 416/2014; 417/2014; 419/2014; 420/2014;  421/2014; 422/2014; 423/2014; 424/2014; 425/2014;  427/2014; 428/2014; 429/2014; 430/2014; 431/2014;  432/2014; 433/2014; 434/2014; 435/2014; 436/2014;  437/2014; 438/2014; 439/2014; 440/2014; 441/2014;  442/2014; 444/2014; 445/2014; 447/2014; 448/2014;  449/2014; 450/2014; 451/2014; 453/2014; 454/2014;  455/2014; 457/2014; 458/2014; 459/2014; 460/2014;  461/2014; 462/2014; 463/2014; 464/2014; 465/2014;  466/2014; 467/2014; 469/2014; 470/2014; 471/2014;  472/2014; 473/2014; 474/2014; 476/2014; 479/2014;  480/2014; 481/2014; 482/2014; 483/2014; 484/2014;  488/2014; 489/2014; 490/2014; 491/2014; 493/2014;  494/2014; 495/2014; 496/2014; 497/2014; 499/2014;  500/2014; 501/2014; 502/2014; 503/2014; 504/2014;  506/2014; 507/2014; 508/2014; 509/2014; 511/2014;  512/2014; 514/2014; 515/2014; 516/2014; 518/2014;  519/2014; 522/2014; 523/2014; 524/2014; 525/2014;  527/2014; 529/2014; 532/2014; 533/2014; 534/2014;  535/2014; 536/2014; 537/2014; 538/2014; 539/2014;  540/2014; 541/2014; 542/2014; 543/2014; 544/2014;  545/2014; 546/2014; 547/2014; 548/2014; 549/2014;  550/2014; 551/2014; 552/2014; 553/2014; 554/2014;  556/2014; 557/2014; 558/2014; 560/2014; 561/2014;  562/2014; 563/2014; 564/2014; 565/2014; 566/2014;  568/2014; 569/2014; 571/2014; 572/2014; 573/2014;  574/2014; 575/2014; 576/2014; 577/2014; 578/2014;  579/2014; 580/2014; 581/2014; 583/2014; 585/2014;  587/2014; 588/2014; 590/2014.</p>			
<p>Responsável pelo preenchimento: Débora Duarte Santana, Técnico II.  Data do preenchimento: 03/04/2019</p>				



**COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA****CASSILÂNDIA****EDITAL Nº 0002/2019/02PJ/CLA****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, por meio de seu representante institucional abaixo assinado, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2019, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia até o dia 12 de abril de 2019.

Cassilândia-MS, 04 de abril de 2019

ANA CAROLINA LOPES DE MENDONÇA CASTRO  
Promotora de Justiça

**LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2019**

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia			PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia		
Órgão / Setor: 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia			Órgão / Setor 2ª Promotoria de Justiça de Cassilândia		
Classe	Subclasse	Documento	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO/OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
000	003	Ofícios recebidos	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de novembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	1999	2018
000	004	Livros de Protocolo		1991	2015
200	001	Atas de reuniões		2014	2018
200	004	Termos de Declarações		2016	2018
200	005	Controle de carga de inquéritos		2013	2018
200	011	Ofício expedidos		2013	2018
200	013	Manifestações diversas em processos judiciais		2014	2018
200	038	Recomendações		2005	2018
200	050	Notícias de Fato		2012	2018
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Diego Vinicius Queiroz Silva – Técnico II Data do preenchimento: 04 de abril de 2019					

**EDITAL Nº 0015/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000563-6, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Procedimento Preparatório nº 06.2019.00000563-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

Requeridos: TRR Vale Diesel Ltda, Carlos Augusto da Silva e Keila Freitas da Silva.

Assunto: Apurar as irregularidades identificadas pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis no empreendimento TRR VALE DIESEL LTDA, conforme processo administrativo nº48600.003437/2016-38.

Cassilândia-MS, 03 de abril de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES  
Promotor de Justiça



**EDITAL Nº 0016/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil Público nº 06.2018.00003471-6, para conhecimento de terceiros interessados no oferecimento de elementos de informação, o qual encontra-se registrado no sistema SAJ/MP, e poderá ser integralmente acessado via internet no endereço eletrônico <http://consultaprocedimentos.mpms.mp.br/consulta/saj/processo> e também encontra-se à disposição de quem possa interessar na Rua Sebastião Martins da Silva, nº 800 – Bairro Alto Izanópolis – Cassilândia-MS.

Inquérito Civil Público nº 06.2018.00003471-6.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerente: Aldrin Hammerschmidt & Cia Ltda.

Requerido: A APURAR

Assunto: Apurar eventual contratação ilegal de empresa para o fornecimento de material de consumo – pó de pedra e pedrisco – pela Secretaria de Obras de Cassilândia-MS.

Cassilândia-MS, 03 de abril de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

**EDITAL Nº 0017/2019/01PJ/CLA**

A 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Cassilândia - MS, torna pública a instauração do Procedimento Investigatório Criminal Nº 06.2019.00000534-7, abaixo relacionado:

Procedimento Investigatório Criminal nº 06.2019.00000534-7.

Requerente: Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Requerido: SIGILOS.

Assunto: SIGILOS.

Cassilândia-MS, 03 de abril de 2019.

PEDRO DE OLIVEIRA MAGALHÃES

Promotor de Justiça

---

**ITAPORÃ**

---

**EDITAL N. 04/2019/PJ-ITP**

A Promotoria de Justiça da Comarca de Itaporã/MS, torna pública a instauração do Inquérito Civil, que se encontra à disposição de quem possa interessar na Avenida Stefano Gonela, n. 62, Centro.

Inquérito Civil n. 06.2019.00000415-9.

Requerentes: Gilmaria Vieira de Melo, Élitia Alves Bezerra de Matos, Carina Costa Gentil, Priscila Siqueira Moscarelli, Norma Ester de Campos Perdomo, Regina Célia Carvalho de Sá Motta, Neila Pereira dos Ajos Cirilo, Jaqueline Barbosa de Lima;

Requerido: UNIDEA EDUCACIONAL – Três Lagoas/MS.

Assunto: Apurar eventual irregularidade no Curso Programa Especial de Formação Docente - PRODOCENTE, pela UNIDEA Educacional, bem como averiguar a possível emissão de certificados/diplomas contrafeitos pela referida instituição e/ou sua(s) certificadora(s).

RADAMÉS DE ALMEIDA DOMINGOS

Promotor de Justiça.



---

**PONTA PORÃ**

---

**EDITAL N° 0028/2019/01PJ/PPR**

A 1ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente da Comarca de Ponta Porã/MS torna pública a instauração do Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003350-6, que está à disposição de quem possa interessar na Rua Baltazar Saldanha nº 1.613 – Jd. Ipanema. Os autos do referido procedimento podem ser integralmente acessados via internet, no seguinte endereço: <http://consultaprocedimento.mpms.mp.br/consulta/saj/processo>.

Procedimento Administrativo nº 09.2018.00003350-6.

Requerente(s): Ministério Público Estadual.

Requerido(s): Osvaldo Coinete dos Santos e Adriana de Souza Coinete.

Assunto: Acompanhar o cumprimento de acordo extrajudicial objetivando a regularização ambiental pelos danos causados na Fazenda Retiro.

Ponta Porã/MS, 04 de abril de 2019.

GABRIEL DA COSTA RODRIGUES ALVES

Promotor de Justiça